IBGE

Estudos e Pesquisas • Informação Demográfica e Socioeconômica • n.58





Pessoas com Deficiência e as Desigualdades Sociais no Brasil

2ª edição

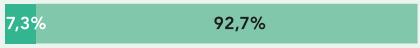
ISBN 978-85-240-4726-8
© IBGE, 2026

Esta segunda edição do informativo *Pessoas com deficiência e desigualdades sociais no Brasil*[1] traz um amplo panorama das condições de vida das pessoas com deficiência. A publicação está organizada em tópicos que abordam a participação do grupo em dimensões da vida pública, como o mercado de trabalho, cargos eletivos e de gestão, o acesso a outros direitos, como renda, educação, transporte e moradia, e aspectos da vida privada e afetiva, contemplando nupcialidade, fecundidade e núcleo familiar. Para tamanho empreendimento, com a análise de dados inéditos para pessoas com deficiência, foram articuladas informações provenientes do Censo Demográfico 2022[2] , incluindo a Pesquisa Urbanística do Entorno dos Domicílios, e da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, realizados pelo IBGE. Somam-se informações do Censo Escolar e do Censo da Educação Superior, de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, dados eleitorais publicados pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE e informação do Painel Estatístico de Pessoal do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Pessoas com deficiência estão definidas na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146, de 06.07.2015) como aquelas que têm "impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas"[3].

Pessoas com e sem deficiência

Pessoas de 2 anos ou mais de idade (%)



Tipo de dificuldade (%)

Enxergar	4,0	Pegar objetos pequenos	1,4
Ouvir	1,3	Associadas a funções mentais	1,4
Caminhar ou subir degraus	2,6	Mais de uma dificuldade	2,0

Grau de deficiência (%)

Severa (1)	6,03
Profunda (2)	1,23

(1) Muita dificuldade em alguma função.
(2) Não consegue de modo algum realizar alguma função.

Trabalho e renda

	Com deficiência	Sem deficiência
Nível de ocupação	29,0%	55,8%
Contribuição previdenciária	57,9%	67,7%
Crianças de 2 a 14 anos abaixo da linha de pobreza (US$ 8,3 p/dia)	60,9%	52,5%

Deslocamento e moradia

	Com deficiência	Sem deficiência
Tempo médio gasto no trajeto casa-trabalho	37 min	33 min
Rampa para cadeirante no entorno do domicílio	12,9%	15,4%
Existência de obstáculos nas calçadas	67,4%	65,2%

Participação e gestão

Eleitos(as) com deficiência 2020/2022

Vereador(a): 391
Prefeito(a): 24
Deputado(a) estadual: 3
Deputado(a) federal: 2

Núcleo familiar, nupcialidade e fecundidade

Crianças e adolescentes de 2 a 17 anos que residem somente com mãe/madrasta

Com deficiência 30,1%
Sem deficiência 21,5%

Educação

Taxa de analfabetismo entre jovens com 15 a 29 anos de idade (%)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022. Tribunal Superior Eleitoral, Estatísticas Eleitorais.

[1] Por decisão editorial, o produto é divulgado em duas partes: a primeira corresponde a este informativo, que destaca os principais resultados do estudo/pesquisa, e a segunda é constituída por Notas técnicas, entre outros elementos textuais, apresentando considerações de natureza metodológica sobre o estudo/pesquisa. Há também um conjunto de tabelas que aprofundam o tema. Mais informações encontram-se disponíveis no portal do IBGE na Internet no endereço: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/34889-pessoas-com-deficiencia-e-as-desigualdades-sociais-no-brasil.html?=&t=sobre.

[2] Deficiência foi investigada no Questionário da Amostra do Censo Demográfico 2022. São utilizados os resultados definitivos da amostra, estimados a partir de Áreas de Ponderação definitivas.

[3] BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: ago. 2026.

Essa definição biopsicossocial, também materializada na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, reflete um longo processo de organização de movimentos de pessoas com deficiência no mundo, a partir da segunda metade do Século XX. No centro das reivindicações, demandava-se que a vulnerabilidade social vivenciada pelas pessoas com deficiência deixasse de ser concebida como natural e decorrente da diversidade corporal e passasse a ser abordada como fenômeno social e corrigida com a remoção das barreiras presentes na sociedade.

A metodologia de identificação das pessoas com deficiência para fins estatísticos recomendada, validada e amplamente utilizada internacionalmente, seguindo esse novo paradigma, focaliza dificuldades para realizar funções e atividades que colocam o indivíduo em posição de maior risco de restrição de participação social[4]. Nesse contexto, o Censo Demográfico 2022, principal fonte de informações deste informativo, permite identificar as pessoas com deficiência como aquelas que têm muita dificuldade (deficiência severa) ou não conseguem de modo algum (deficiência profunda): 1. enxergar, mesmo usando óculos ou lentes de contato; 2. ouvir, mesmo usando aparelhos auditivos; 3. andar ou subir degraus, mesmo usando aparelhos de auxílio; 4. pegar objetos pequenos ou abrir e fechar tampas de garrafas, mesmo usando aparelhos de auxílio; 5. se comunicar, realizar cuidados pessoais, trabalhar ou estudar em decorrência de limitações nas funções mentais.

Segundo o Censo Demográfico 2022, eram 14 milhões e 407 mil pessoas com deficiência, representando 7,3% da população com 2 anos ou mais de idade. Entre elas, havia maior quantidade de pessoas com dificuldade de enxergar (7 milhões e 948 mil pessoas), seguidas por pessoas com dificuldade de caminhar ou subir degraus (5 milhões e 173 mil), pessoas com dificuldade para pegar objetos pequenos (2 milhões e 727 mil), pessoas com dificuldades associadas a alguma limitação nas funções mentais (2 milhões e 689 mil) e pessoas com dificuldade de ouvir (2 milhões e 555 mil). 3 milhões e 966 mil pessoas com deficiência tinham duas ou mais dessas dificuldades associadas[5].

A análise das desigualdades sociais neste informativo, alinhada à concepção contemporânea da deficiência, busca revelar restrições de participação social, jogando luz, sempre que os dados permitirem, nas barreiras presentes na sociedade.

Trabalho e rendimento

O nível de ocupação, definido como a razão entre o contingente de pessoas ocupadas e a população em idade de trabalhar (14 anos ou mais), constitui um indicador relevante para mensurar a proporção de pessoas inseridas no mercado de trabalho e, consequentemente, participantes da geração de renda. Esse indicador expressa o engajamento na busca por ocupação e o sucesso nessa busca. A ausência de engajamento ou o insucesso decorrem de múltiplos fatores associados à dinâmica do mercado de trabalho e às barreiras estruturais que incidem de forma desigual sobre diferentes grupos populacionais. Entre esses, destacam-se as pessoas com deficiência, cuja inclusão enfrenta obstáculos adicionais, como a insuficiência de acessibilidade nos espaços laborais e nos deslocamentos, barreiras comunicacionais, tecnológicas e institucionais e o capacitismo, isto é, a discriminação em razão da deficiência[6].

Ademais, a inserção em postos de trabalho que assegurem contribuição previdenciária[7], os quais oferecem proteção social e, usualmente, rendimentos mais elevados, permanece um desafio significativo para esse segmento.

As pessoas com deficiência apresentaram, em 2022, níveis de ocupação (29,0%) e, entre as ocupadas, de contribuição previdenciária (57,9%) inferiores aos das pessoas sem deficiência (55,8% e 67,7%, respectivamente). Em relação ao nível de ocupação, a diferença total foi de 26,8 pontos percentuais. Ao examinar os extremos etários da distribuição, em 2022, verifica-se que o nível de ocupação das pessoas com deficiência de 14 a 29 anos de idade era 36,2%, contra 48,6% para aquelas sem deficiência. Entre as pessoas de 60 anos ou mais de idade, a diferença também foi acentuada: o nível de ocupação era de 11,9% para as pessoas com deficiência, ante 25,1% para aquelas sem deficiência.

Foram observadas, também, diferenças nos resultados segundo os tipos de dificuldade. O menor nível de ocupação foi registrado entre as pessoas com dificuldades associadas a alguma limitação nas funções mentais (12,9%), enquanto o maior ocorreu entre aquelas com dificuldade de enxergar (35,9%). Em termos de contribuição previdenciária, as pessoas ocupadas com dificuldade para ouvir apresentaram proporção de contribuintes mais favorável (60,1%), ao passo que o pior resultado foi identificado para as pessoas ocupadas com mais de uma dificuldade (55,8%).

No que tange ao grau de deficiência, as pessoas foram classificadas nas categorias severa – quando apresentavam muita dificuldade em pelo menos uma das funções investigadas, e profunda, quando não conseguiam, de modo algum, exercer pelo menos uma dessas funções. Os resultados indicaram menor nível de ocupação entre as pessoas com grau de deficiência profunda (21,2%) em comparação com aquelas com deficiência severa (30,5%). Por outro lado, a proporção de contribuintes para a previdência foi mais elevada entre as pessoas ocupadas com deficiência profunda (68,9%), enquanto entre aquelas com deficiência severa esse percentual foi de 56,4%.

[4] TIBERTI, M; COSTA, V. *Disability measurement in household surveys*: a guidebook for designing household survey questionnaires. Washington, DC: World Bank, 2019. Disponível em: https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/33220. Acesso em: ago. 2026.

[5] O somatório de pessoas por tipos de dificuldade ultrapassa o total de pessoas com deficiência uma vez que o mesmo indivíduo pode apresentar uma ou mais dificuldades.

[6] BOTELHO, L. C. *Nosso nome não é Xena*: determinantes, obstáculos e limites para a inclusão das mulheres com deficiência no mercado de trabalho. 2026. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2026.

[7] Como aproximação (*proxy*) das ocupações formais a partir dos dados do Censo Demográfico 2022, foram consideradas as pessoas ocupadas contribuintes para o sistema previdenciário, independentemente da posição na ocupação.

Indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, com e sem deficiência, segundo o tipo de dificuldade e o grau de deficiência

Tipo de dificuldade e grau de deficiência	População em idade de trabalhar (1 000)	População ocupada (1 000)	População ocupada que contribui para previdência (1 000)	Nível de ocupação (%)	Proporção de contribuíntes (%)
Total	**165 678**	**88 707**	**59 666**	**53,5**	**67,3**
Com deficiência	**13 709**	**3 974**	**2 299**	**29,0**	**57,9**
Tipo de dificuldade					
Enxergar	7 603	2 731	1 573	35,9	57,6
Ouvir	2 449	673	409	27,5	60,9
Caminhar ou subir degraus	5 015	863	500	17,2	58,0
Pegar objetos pequenos	2 591	458	272	17,7	59,4
Associadas a funções mentais	2 390	308	181	12,9	58,7
Mais de uma dificuldade	3 808	595	332	15,6	55,8
Grau de deficiência					
Deficiência severa (1)	11 457	3 495	1 970	30,5	56,4
Deficiência profunda (2)	2 253	478	330	21,2	68,9
Sem deficiência	**151 968**	**84 733**	**57 367**	**55,8**	**67,7**

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

(1) Muita dificuldade em alguma função. (2) Não consegue de modo algum realizar alguma função.

Algumas desvantagens no mercado de trabalho são reconhecidamente maiores para mulheres, pessoas de cor ou raça preta ou parda[8] e para pessoas com deficiência. No entanto, quando essas características se combinam, as interações se comportam de forma distinta para nível de ocupação e proporção de contribuintes.

As mulheres com deficiência tinham menores níveis de ocupação (24,4%) em relação aos homens com deficiência (35,4%). Também tinham desvantagens ante mulheres sem deficiência (47,0%). Já entre as mulheres com deficiência, as pretas ou pardas estavam em maior proporção ocupadas (25,6%) do que as brancas (22,7%), o que se repete entre os homens com deficiência (pretos ou pardos, 36,0%, e brancos, 34,6%).

Por outro lado, entre os ocupados, pessoas brancas, com e sem deficiência, contribuíam em maior proporção para previdência. Dessa forma, a menor proporção de contribuintes para a previdência foi observada entre os homens pretos ou pardos com deficiência (53,4%), seguido das mulheres pretas ou pardas com deficiência (53,8%). Por outro lado, os homens brancos sem deficiência (72,3%) e as mulheres brancas sem deficiência (75,3%) registraram resultados mais elevados em 2022.

De todo modo, tanto o nível de ocupação, quanto a proporção de contribuintes retrataram patamares inferiores para as pessoas com deficiência em todos os recortes de sexo e cor ou raça quando comparadas com as pessoas sem deficiência.

Cabe destacar, também, os efeitos na inserção no mercado de trabalho das pessoas de 15 a 59 anos de idade que residiam com crianças (de 2 a 14 anos) e/ou idosos (60 anos ou mais) com deficiência no domicílio. Tal análise está relacionada à necessidade de cuidados que podem existir em relação às pessoas com deficiência, os quais recaem, muitas vezes, de forma desigual entre homens e mulheres e segundo outras características pessoais.

De fato, o nível de ocupação foi menor quando havia crianças ou idosos com deficiência no domicílio. As diferenças foram encontradas, por exemplo, no resultado das mulheres moradoras em domicílios onde havia crianças com deficiência (43,1%) em relação às mulheres moradoras em domicílios com crianças sem deficiência (55,2%). Entre os homens, por outro lado, praticamente não houve diferença, com níveis de ocupação de 69,7% e 69,5%, respectivamente. Já em relação à presença ou não de alguma pessoa de 60 anos ou mais no domicílio com deficiência, as diferenças foram expressivas tanto para homens quanto para mulheres. Mulheres moradoras em domicílios com idosos com deficiência (46,5%) tiveram menores níveis de ocupação em relação às mulheres moradoras em domicílios com idosos sem deficiência (54,5%). Para homens, os valores foram 60,5% na presença de idosos com deficiência no domicílio e 72,9% quando havia idosos sem deficiência.

Em termos de rendimento do trabalho, as pessoas com deficiência recebiam, em média, R$ 2 053 mensais, isto é, cerca de 71% do rendimento médio das pessoas sem deficiência (R$ 2 890), em 2022. Destaca-se que as pessoas com deficiência recebiam menores valores em todos os grupos de atividades econômicas e estavam proporcionalmente mais concentradas, em relação ao total de pessoas ocupadas, justamente nas atividades em que os rendimentos médios eram mais baixos, como Serviços domésticos, Agropecuária e Alojamento e alimentação. Na literatura, a desvantagem salarial persiste mesmo em modelos estatísticos com controle de outras variáveis, como escolaridade e grupo de ocupação[9].

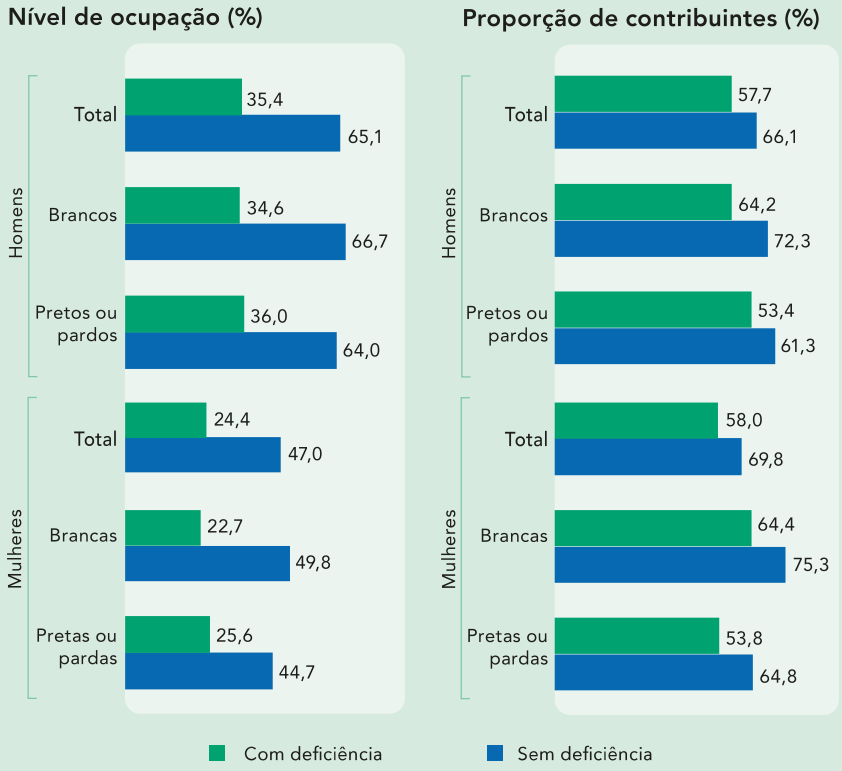
[8] Para informações mais detalhadas, consultar as diversas edições da publicação *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*, divulgada, anualmente, pelo IBGE, no endereço: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html.

[9] Para informações mais detalhadas, consultar a publicação: GARCIA, V. G.; MAIA, A. G. Características da participação das pessoas com deficiência e/ou limitação funcional no mercado de trabalho brasileiro. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, v. 31, n. 2, p. 395-418, jul./dez. 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-30982014000200008. Acesso em: ago. 2026.

O rendimento de todas as fontes inclui, além dos ganhos do trabalho, os oriundos de outras fontes, como, por exemplo, as aposentadorias e pensões, benefícios de programas sociais governamentais, aluguéis, rendimento de aplicações financeiras, entre outras. A decomposição desse rendimento evidencia diferenças importantes entre os arranjos domiciliares com e sem pessoas com deficiência. No primeiro caso, há menor participação da renda do trabalho no rendimento total desses arranjos, que chegou a 55,7% do total, em 2022, e uma maior participação de outras fontes (44,3%). Já nos arranjos domiciliares sem pessoas com deficiência, a participação da renda do trabalho foi consideravelmente maior (78,4%), ao passo que as demais fontes representaram 21,6%. Embora o Censo Demográfico 2022 não permita a desagregação do rendimento de outras fontes pelo tipo, as informações sugerem maior participação do rendimento de aposentadorias e pensões – devido ao perfil etário mais envelhecido da população com deficiência – e de benefícios sociais, como o Benefício de Prestação Continuada - BPC, na composição do rendimento dos arranjos domiciliares com pessoas com deficiência.

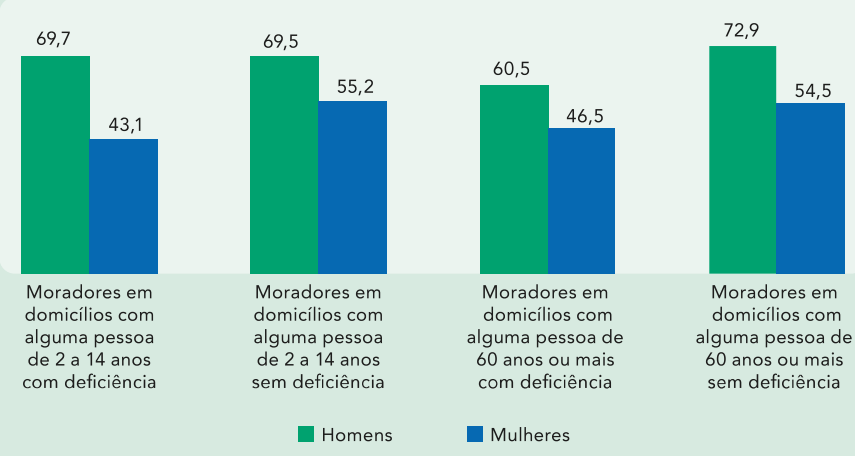
O rendimento médio dos arranjos domiciliares com pessoas com deficiência foi de R$ 3 626 em 2022, o equivalente a 76,4% do rendimento médio observado nos arranjos das pessoas sem deficiência, que chegou a R$ 4 748. Essas desigualdades também foram registradas na desagregação por sexo e cor ou raça, considerando a pessoa de referência do domicílio, em que as mulheres e a população preta ou parda apresentaram os menores rendimentos, sendo tais diferenças mais acentuadas nos arranjos onde a pessoa de referência apresentava deficiência. De fato, nos arranjos domiciliares com mulheres com deficiência, o rendimento médio foi o equivalente a 61,7% do rendimento dos arranjos com homens sem deficiência. Entre os arranjos com mulheres pretas ou pardas com deficiência, esse percentual foi ainda menor, alcançando 40,5% do rendimento observado nos arranjos com homens brancos sem deficiência. Os menores níveis de ocupação das pessoas com deficiência, juntamente com os menores rendimentos do trabalho desta parcela da população que estava ocupada, contribuem para explicar o menor rendimento médio dos arranjos domiciliares desse grupo populacional em comparação com os arranjos de pessoas sem deficiência.

Indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, com e sem deficiência, segundo o sexo e a cor ou raça (%)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Nível de ocupação dos moradores de 15 a 59 anos de idade, por sexo, segundo a existência de crianças ou idosos, com e sem deficiência, no domicílio (%)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Distribuição das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas, com e sem deficiência, e rendimento médio de todos os trabalhos, segundo os grupos de atividade

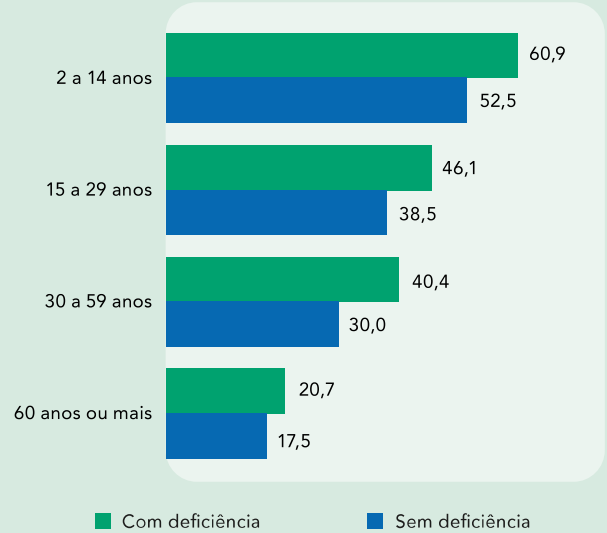
Grupos de atividade	Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (%)		Rendimento médio de todos os trabalhos (R$)	
	Com deficiência	Sem deficiência	Com deficiência	Sem deficiência
Total	**100,0**	**100,0**	**2 053**	**2 890**
Agropecuária	9,5	7,4	1 353	1 876
Indústria	11,7	11,6	1 859	2 630
Construção	8,6	7,8	1 667	2 145
Comércio e reparação	15,3	17,2	1 894	2 488
Administração pública, educação, saúde e serviços sociais	14,7	17,4	3 223	4 146
Transporte, armazenagem e correio	5,0	6,1	2 214	2 615
Alojamento e alimentação	5,3	4,3	1 495	1 967
Informação, financeira e outras atividades profissionais	10,8	12,8	2 754	4 008
Serviços domésticos	8,1	4,1	958	1 070
Outros serviços	4,6	4,8	1 639	2 183

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Em relação à pobreza monetária, indicador que mede o nível de vulnerabilidade de renda da população, podem ser usadas as medidas definidas pelo Banco Mundial (World Bank) para o monitoramento da pobreza nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, estabelecidos pelas Nações Unidas (United Nations). Pela linha de monitoramento da pobreza nacional (US$ 8,30 dólares por dia), 33,2% das pessoas com deficiência eram pobres, em 2022. A incidência de pessoas na pobreza variou segundo o tipo de dificuldade, destacando-se as pessoas com dificuldades associadas a alguma limitação nas funções mentais (36,2%) e as com dificuldade de enxergar (35,6%), que apresentaram os maiores percentuais. Para as pessoas com deficiência severa, a proporção de pobres foi de 33,6%, enquanto entre as pessoas com deficiência profunda o percentual foi de 31,2%.

A maior proporção de pobres entre a população sem deficiência (34,5%) ante a população com deficiência (33,2%) reflete a estrutura etária mais envelhecida da população com deficiência, uma vez que a incidência de pobreza é menor entre idosos do que em outras faixas etárias. Na desagregação por grupos etários, no entanto, há maiores níveis de pobreza entre as pessoas com deficiência em todos os grupos, inclusive entre os idosos. Desponta a pobreza entre pessoas com deficiência entre 2 e 14 anos de idade, com 60,9%, mais de 8 pontos percentuais acima das pessoas sem deficiência nesse mesmo grupo de idade (52,5%).

Pessoas residentes em domicílios abaixo da linha de pobreza, com e sem deficiência, segundo os grupos de idade (%)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Nota: Rendimento domiciliar *per capita* abaixo de US$ 8,30 PPC 2021. Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado, R$ 2,44983620 para US$ 1,00 PPC 2021, valores diários tornados mensais e inflacionados pelo IPCA.

PCD

Educação

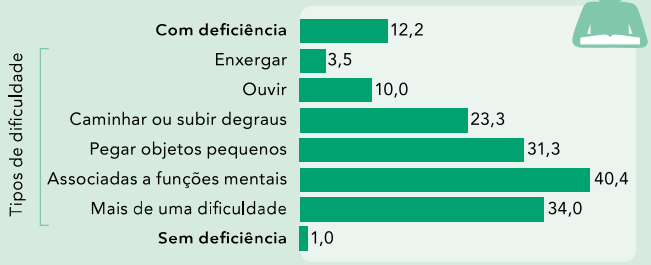
A Lei n. 4.024, de 20.12.1961, foi a primeira norma com abrangência nacional a tratar expressamente da educação das pessoas com deficiência no Brasil no sistema geral de ensino. Cerca de 60 anos depois, os indicadores educacionais das pessoas com deficiência seguem revelando a desvantagem no acesso ao direito em comparação com as pessoas sem deficiência. Busca-se aprofundar aqui a análise dessa desigualdade em relação aos resultados do Censo Demográfico 2022, previamente divulgados pelo IBGE.

Sabe-se que a taxa de analfabetismo das pessoas com deficiência tem se demonstrado consistentemente mais elevada que a das pessoas sem deficiência e que parte dessa diferença decorre da maior concentração de pessoas com deficiência entre os idosos, grupo etário menos escolarizado. Contudo, o enfoque na taxa de analfabetismo por grupos de idade revela que a desigualdade não se resume à questão geracional.

De fato, enquanto entre as pessoas sem deficiência de 15 a 29 anos, o Brasil atingiu 1,0% no indicador em 2022, entre as pessoas com deficiência, o avanço na alfabetização de um grupo etário para o outro tem sido mais comedido, de modo que 12,2% dos jovens do grupo permaneciam desprovidos da habilidade de ler e escrever um bilhete simples. Entre os jovens com deficiência, aqueles com dificuldade para caminhar ou subir degraus (23,3%), com dificuldade para pegar objetos pequenos (31,3%), com mais de uma dificuldade (34,0%) ou com dificuldades associadas a limitações nas funções mentais (40,4%) apresentaram as taxas de analfabetismo mais elevadas.

Na última década, o Brasil tem alcançado taxas de frequência escolar bruta próximas a 100% para as crianças de 6 a 14 anos e, em 2022, segundo os dados do Censo Demográfico, o padrão se manteve. No entanto, há considerável diferença nas taxas das crianças e adolescentes sem deficiência (98,4%) e com deficiência (92,6%), o que pode justificar, em parte, a persistência do maior analfabetismo nessa população identificado anteriormente. Os dados demonstram, em especial, que, dentre as crianças e adolescentes com deficiência, aqueles com deficiência profunda eram os menos incluídos no sistema de ensino. Em 2022, 82,3% das pessoas com deficiência profunda de 6 a 14 anos de idade frequentavam a escola em face de 95,6% das pessoas com deficiência severa na mesma faixa etária.

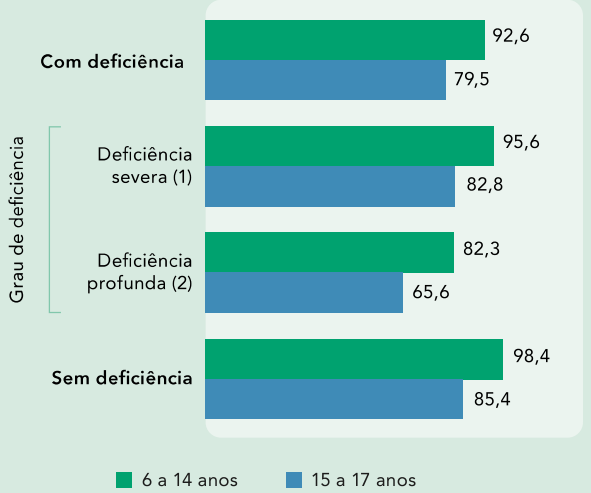
Taxa de analfabetismo entre jovens de 15 a 29 anos de idade, com e sem deficiência, segundo o tipo de dificuldade (%)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

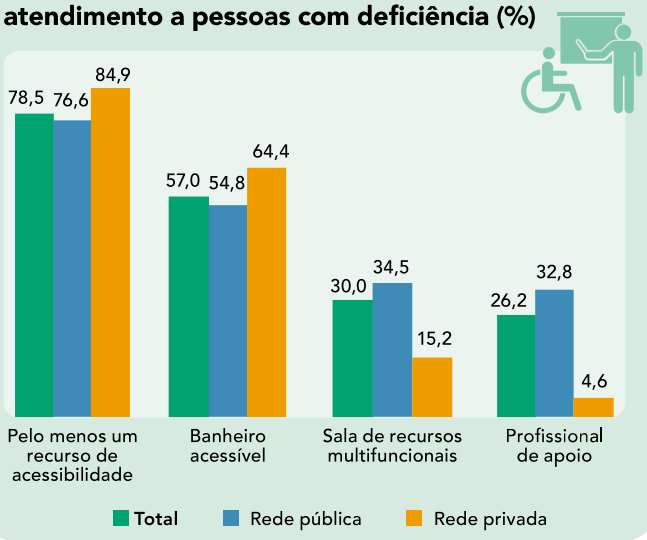
Na faixa etária de 15 a 17 anos, a desvantagem das pessoas com deficiência profunda se torna mais expressiva em relação às pessoas com deficiência severa. Em 2022, 65,6% do primeiro grupo frequentavam a escola, enquanto no segundo eram 82,8%. A distância entre as taxas de frequência escolar bruta de pessoas com e sem deficiência nesse grupo etário se mantém em 6 pontos percentuais.

Taxa de frequência escolar bruta entre pessoas de 6 a 17 anos de idade, com e sem deficiência, segundo o grau de deficiência (%)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.
(1) Muita dificuldade em alguma função. (2) Não consegue de modo algum realizar alguma função.

Proporção de escolas, por rede de ensino frequentada, segundo a existência de recursos de acessibilidade, estruturas e profissionais para atendimento a pessoas com deficiência (%)



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, Censo Escolar 2025.

A mensuração da frequência escolar bruta não esgota, porém, a compreensão das barreiras e iniquidades ao longo do percurso educacional. Informações provenientes do Censo Escolar, conduzido pelo INEP, revelam que, em 2025, mesmo considerando um longo rol de recursos de acessibilidade[10], as escolas de educação básica não estavam em sua totalidade providas por ao menos algum deles (78,5%), pouco mais da metade contava com banheiro acessível (57,0%) e a minoria dispunha de sala de recursos multifuncionais para atendimento educacional especializado - AEE (30,0%) ou profissional de apoio para alunos com deficiência (26,2%). Ou seja, falhavam em fornecer instrumentos básicos para a inclusão dos estudantes com deficiência no ambiente escolar e nas atividades pedagógicas.

A rede privada apresentava maior proporção de escolas equipadas por algum recurso de acessibilidade (84,9%) e banheiro acessível (64,4%). Por outro lado, eram as escolas da rede pública que mais atendiam aos requisitos de prover sala de recursos multifuncionais para AEE (34,5%) e profissional de apoio para alunos com deficiência (32,8%).

Outro indicador relevante para a análise do percurso educacional é a proporção de pessoas de uma determinada idade que frequenta a escola por etapa de ensino. Em 2022, entre os jovens de 15 a 17 anos de idade sem deficiência que frequentavam a escola, 26,5% cursavam etapa anterior ao ensino médio. Entre os jovens com deficiência, a proporção era de 36,6%. Os jovens com deficiência residentes em domicílios abaixo da linha de pobreza (US$ 8,30 dólares por dia) estavam ainda mais sujeitos a estarem em etapas de ensino anteriores: 39,3% frequentavam o ensino fundamental e 2,2% a alfabetização de jovens e adultos.

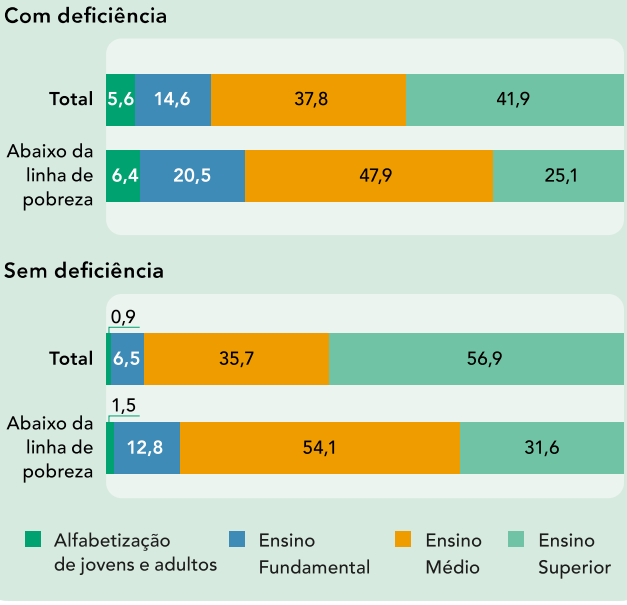
A análise do segmento de jovens de 18 a 24 anos leva a achados na mesma direção. Em 2022, enquanto 56,9% dos jovens sem deficiência nesse grupo etário que frequentava a escola ou universidade já cursava o ensino superior, 41,9% daqueles com deficiência se encontravam no mesmo nível de ensino. Novamente, a questão da renda distingue as pessoas com deficiência, de modo que, entre os jovens com deficiência residentes em domicílios abaixo da linha de pobreza, somente 25,1% dos que frequentavam escola ou universidade cursavam o ensino superior.

Entre 2014 e 2024, houve expansão de matrículas das pessoas com deficiência na graduação, como atestam os dados do Censo da Educação Superior, realizado anualmente pelo INEP. Em 2014, eram 33 377 matrículas, correspondendo a 0,43% do total de matrículas nessa etapa de ensino e, em 2024, passaram a 95 572 matrículas, representando 0,93% do total. O cenário de sub-representação de pessoas com deficiência, portanto, se manteve apesar da expansão.

Ainda que, tanto na modalidade de graduação presencial, quanto na modalidade à distância tenha havido incremento no número de matrículas das pessoas com deficiência, foi notadamente a modalidade à distância que propiciou a maior ampliação. Praticamente quadruplicaram as matrículas de pessoas com deficiência na graduação à distância entre 2019 e 2024, período que compreendeu a pandemia de COVID-19 e impulsionou o ensino à distância no País.

A falta de representatividade das pessoas com deficiência nas instituições de ensino superior se estende ao corpo docente. Em 2024, havia tão somente 958 pessoas com deficiência entre os 340 817 docentes em exercício. Mais do que uma questão simbólica, há evidências de que o sentimento de pertencimento pode afetar escolhas educacionais e profissionais[11].

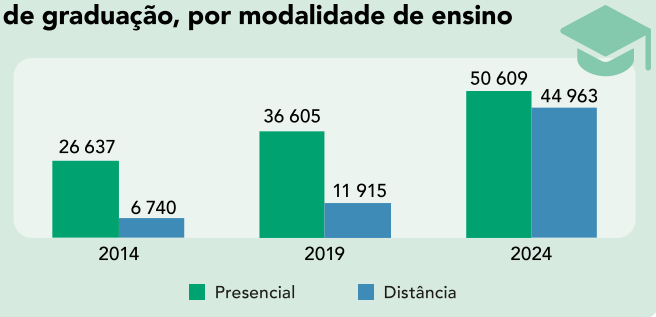
Distribuição de estudantes de 18 a 24 anos de idade, total e aqueles residentes em domicílios abaixo da linha de pobreza, com e sem deficiência, por etapa de ensino frequentada (%)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Nota: Rendimento domiciliar *per capita* abaixo de US$ 8,30 PPC 2021. Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado, R$ 2,44983620 para US$ 1,00 PPC 2021, valores diários tornados mensais e inflacionados pelo IPCA.

Pessoas com deficiência, matriculadas em cursos de graduação, por modalidade de ensino



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, Censo da Educação Superior 2014-2024.

[10] Corrimão e guarda corpos; elevador; pisos táteis; portas com vão livre de, no mínimo, 80 cm; rampas; sinalização sonora; sinalização tátil (piso/paredes); sinalização visual (piso/paredes); e sinalização/alarme luminoso.

[11] Para informações mais detalhadas, consultar a publicação: HILL, C.; CORBETT, C.; ST. ROSE, A. *Why so few?*: women in science, technology, engineering, and mathematics. Washington, DC: AAUW, 2010. 109 p. Disponível em: https://www.aauw.org/app/uploads/2020/03/why-so-few-research.pdf. Acesso em: ago. 2026.

PCD

Deslocamento para o estudo e para o trabalho

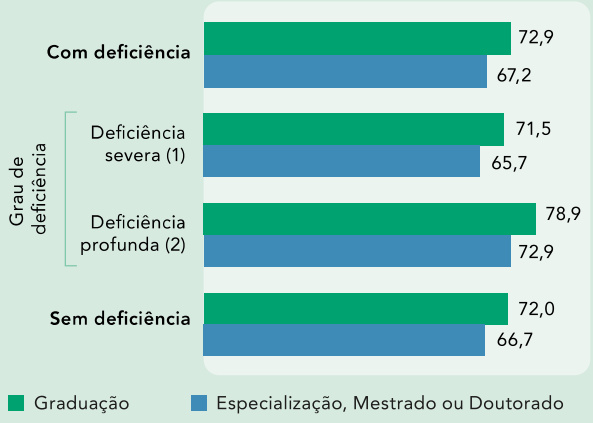
A concepção da deficiência como um fenômeno social implica que as desvantagens que as pessoas com deficiência experimentam no acesso a direitos, como educação e trabalho, tal como demonstrado neste informativo, não sejam compreendidas como decorrentes das características corporais dos indivíduos. Desigualdades devem ser investigadas buscando-se identificar barreiras ambientais e atitudinais. Nesse contexto, dificuldades com o deslocamento têm aparecido em estudos empíricos como um dos elementos que podem influenciar trajetórias educacionais, escolhas profissionais e resultados no mercado de trabalho de pessoas com deficiência[12]. Analisam-se aqui aspectos do deslocamento para o estudo e para o trabalho a partir das informações coletadas pelo Censo Demográfico 2022.

Com relação ao deslocamento para o estudo, investigou-se apenas se a pessoa que frequentava a escola ou universidade estudava no próprio Município de residência ou em outro Município. Na educação infantil, tanto na creche quanto na pré-escola, no ensino fundamental e no ensino médio, mais de 90% das pessoas com e sem deficiência estudavam no mesmo Município que o domicílio. Esse padrão, contudo, altera-se no ensino superior: entre os estudantes que frequentavam a universidade, 72,9% dos graduandos com deficiência e 72,0% dos sem deficiência estudavam no próprio Município. Entre os estudantes pós-graduandos, esses percentuais foram de 67,2% e 66,7%, respectivamente.

A semelhança entre os percentuais para pessoas com e sem deficiência camufla, porém, diferenças importantes segundo o grau da deficiência. Entre as pessoas com deficiência profunda, 78,9% dos estudantes de graduação e 72,9% dos estudantes que frequentavam especialização, mestrado ou doutorado, frequentavam instituições localizadas no próprio Município de residência. A diferença em relação aos demais sugere que, para esse grupo, a proximidade entre o domicílio e o estabelecimento de ensino pode ser mais determinante para garantir o acesso à educação nos níveis mais elevados.

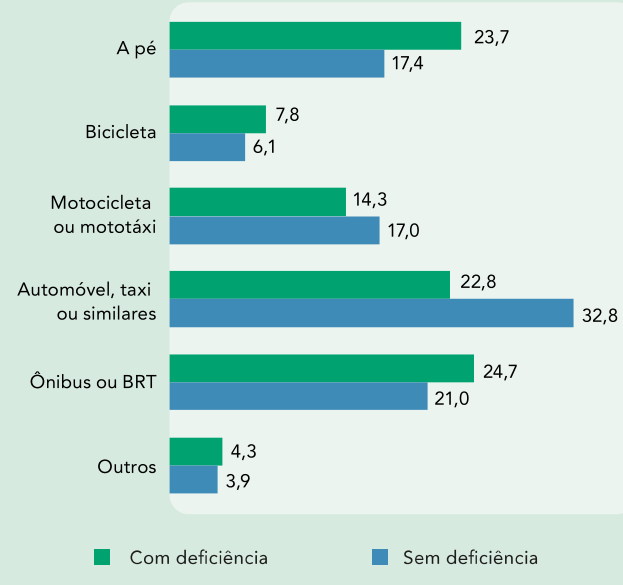
A respeito do deslocamento para o trabalho, o Censo Demográfico 2022 aprofundou a investigação ao perguntar às pessoas que trabalhavam fora do domicílio e retornavam para casa pelo menos 3 dias por semana qual era o principal meio de transporte utilizado e quanto tempo despendiam no trajeto casa-trabalho. Entre as pessoas com deficiência de 14 anos ou mais de idade ocupadas, o modal mais utilizado foi o ônibus ou Transporte Rápido por Ônibus (Bus Rapid Transit - BRT) (24,7%), o que reforça a importância de se investir na acessibilidade em transportes coletivos para a inclusão no mercado de trabalho. Já entre as pessoas sem deficiência, prevaleceu automóvel, taxi ou assemelhados (32,8%).

Pessoas, com e sem deficiência, que frequentavam o ensino superior no próprio Município de residência, por curso frequentado, segundo o grau de deficiência (%)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.
(1) Muita dificuldade em alguma função. (2) Não consegue de modo algum realizar alguma função.

Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas, com e sem deficiência, segundo o meio de transporte mais utilizado no trajeto casa-trabalho (%)



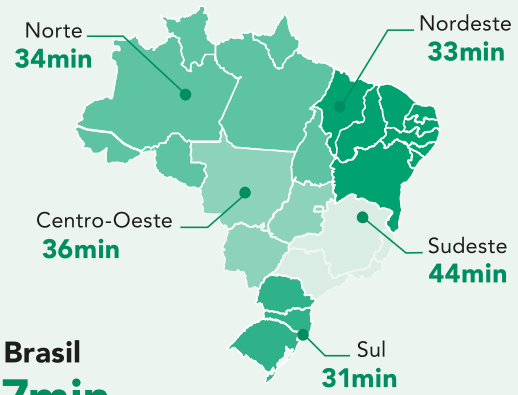
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.
Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas que trabalhavam fora do domicílio e retornavam para casa pelo menos 3 dias por semana.

[12] Para informações mais detalhadas, consultar a publicação: TESSIER, A. *et al.* Enhancing employment access for people with disabilities through transportation: insights from workers with disabilities, employers, and transportation providers. *Disabilities*, Basel: v. 4, n. 2, p. 384-412, 2024. Disponível em: https://www.mdpi.com/2673-7272/4/2/25. Acesso em: ago. 2026.

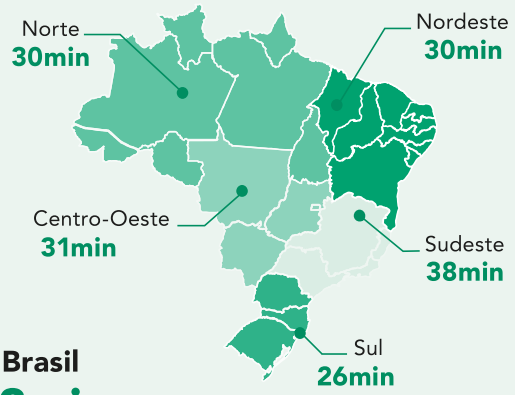
As pessoas com deficiência demoravam, em média, quatro minutos a mais no trajeto casa-trabalho do que as sem deficiência – 37 contra 33 minutos – e a desvantagem em termos de tempo de deslocamento se verificou em todos os diferentes modais analisados. No meio de transporte mais utilizado pelas pessoas com deficiência para chegar ao trabalho – ônibus ou BRT – o tempo médio de duração do trajeto foi de 65 minutos para pessoas com deficiência e de 60 minutos para pessoas sem deficiência. Entre as Grandes Regiões, o maior tempo médio de deslocamento foi registrado na Sudeste, tanto para pessoas com deficiência (44 minutos) quanto para as sem deficiência (38 minutos).

Tempo médio gasto entre o domicílio e o local de trabalho, pelas pessoas com e sem deficiência, segundo as Grandes Regiões

Pessoas com deficiência



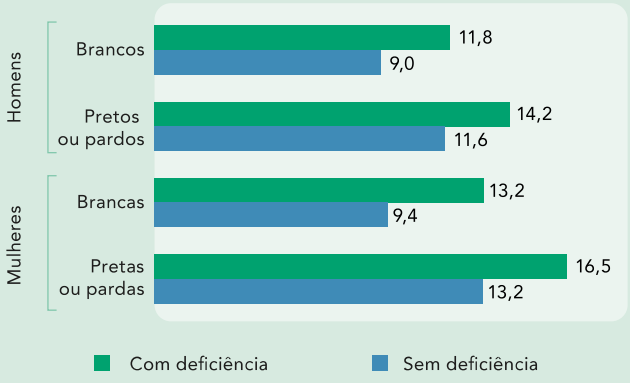
Pessoas sem deficiência



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.
Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas que trabalhavam fora do domicílio e retornavam para casa pelo menos 3 dias por semana.

O enfoque interseccional também revela desigualdades. Entre as mulheres pretas ou pardas com deficiência, 16,5% despendiam mais de 1 hora no trajeto casa-trabalho, percentual superior ao de qualquer outro grupo analisado com a interação de sexo, cor ou raça e deficiência. Para comparação, entre os homens brancos sem deficiência, eram 9,0%.

Pessoas, com e sem deficiência, que gastavam mais de 1 hora no trajeto casa-trabalho, segundo o sexo e a cor ou raça (%)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.
Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas que trabalhavam fora do domicílio e retornavam para casa pelo menos 3 dias por semana.

Moradia

Moradia é uma das dimensões relevantes para o bem-estar das pessoas com deficiência em que se constatam barreiras e desigualdades em relação às pessoas sem deficiência. São exploradas aqui características dos domicílios e de seu entorno, além da condição de residência em favelas e comunidades urbanas.

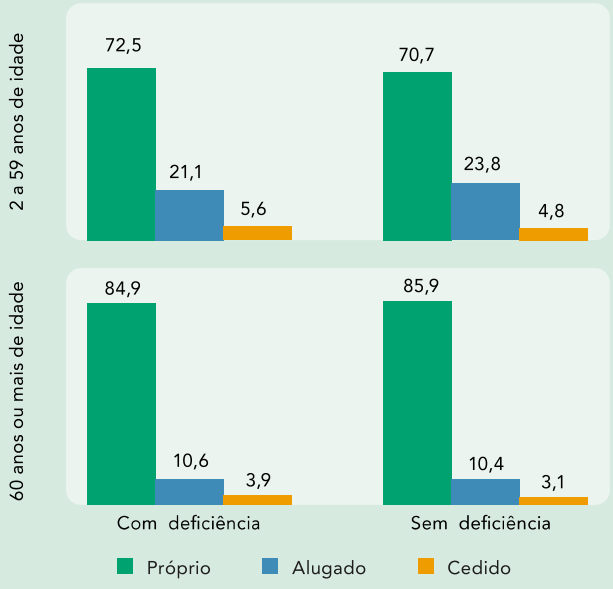
A Pesquisa Urbanística do Entorno dos Domicílios, realizada em 2022 previamente à operação censitária, promoveu a observação de características do entorno das moradias em todas as localidades urbanas brasileiras. São estudadas aqui, como aspectos positivos, a oferta de iluminação pública, a existência de calçadas e a presença de rampas para cadeirantes, e, como aspecto negativo, a existência de obstáculos nas calçadas.

Nessas áreas, foram computados 174,2 milhões de moradores em domicílios particulares permanentes ocupados, sendo 12,2 milhões de pessoas com deficiência (7,0%). Detalhando as pessoas com deficiência, 97,6% residiam em domicílios com iluminação pública no entorno, cobertura próxima da universalização, e 83,4% contavam com calçada ou passeio. Em contrapartida, 67,4% residiam em moradias sujeitas a obstáculos nas calçadas. Chama a atenção, ainda, a baixa disponibilidade de rampas para cadeirantes: apenas 12,9% das pessoas com deficiência residiam em domicílios com esse recurso no entorno, percentual inferior ao das pessoas sem deficiência (15,4%). Pessoas com deficiência com dificuldade de caminhar e subir degraus também estavam pouco servidas por esse recurso de acessibilidade (13,5%).

Além disso, a disponibilidade de rampa para cadeirantes apresentou diferenças importantes entre as Grandes Regiões e para as pessoas por cor ou raça. Na Região Nordeste, foi encontrado o menor valor, pois 7,4% das pessoas com deficiência viviam em domicílios cujo entorno provia essas rampas, seguida da Região Norte, com 8,2%. Já as Regiões Sul (23,9%) e Centro-Oeste (21,5%) superaram bastante o percentual do Brasil, enquanto a Região Sudeste (12,5%) ficou próxima da média nacional. No que diz respeito a cor ou raça, observaram-se valores distintos entre as pessoas com deficiência nas três categorias mais frequentemente declaradas pela população brasileira, isto é, branca, com 16,3%, parda, com 10,4%, e preta, em que somente 9,7% estavam em domicílios com rampa no entorno.

Em continuação, pode-se explorar a condição de ocupação de domicílios que serviam de moradia. Segmentando entre pessoas entre 2 e 59 anos de idade e aquelas com 60 anos ou mais de idade, é possível destacar diferenças entre pessoas com e sem deficiência. Para aquelas com até 59 anos de idade, pessoas com deficiência estavam menos na condição de alugado (21,1%) em comparação com pessoas sem deficiência (23,8%), o que pode indicar barreiras econômicas e de adequação dos espaços. Estavam, em contraste, mais concentradas em domicílios cedidos, 5,6%, ante 4,8% das pessoas sem deficiência, uma condição de ocupação mais comumente relacionada a insegurança de posse e menos acesso a serviços. Em 2022, pessoas com e sem deficiência com 60 anos ou mais de idade viviam proporcionalmente mais em domicílios próprios, eram 84,9% das pessoas com deficiência e 85,9% das sem deficiência. Pessoas idosas com deficiência viviam proporcionalmente mais em domicílios cedidos (3,9%) do que as sem deficiência (3,1%).

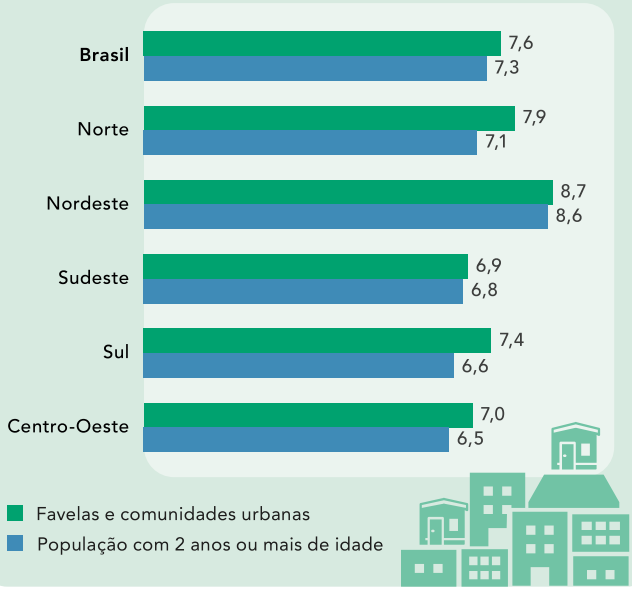
Pessoas, com e sem deficiência, por condição de ocupação do domicílio, segundo os grupos de idade (%)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

O Censo Demográfico 2022 registrou 1,25 milhão de pessoas com deficiência residentes em favelas e comunidades urbanas no Brasil, localidades em que moradias e arredores estão expostos à precariedade, correspondendo a 7,6% da população residente nessas áreas (16,4 milhões). Maiores proporções para pessoas com deficiência foram encontradas nas Regiões Norte (7,9%) e Nordeste (8,7%).

Proporção de pessoas residentes em favelas e comunidades urbanas e população com 2 anos ou mais de idade, com deficiência, segundo as Grandes Regiões (%)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

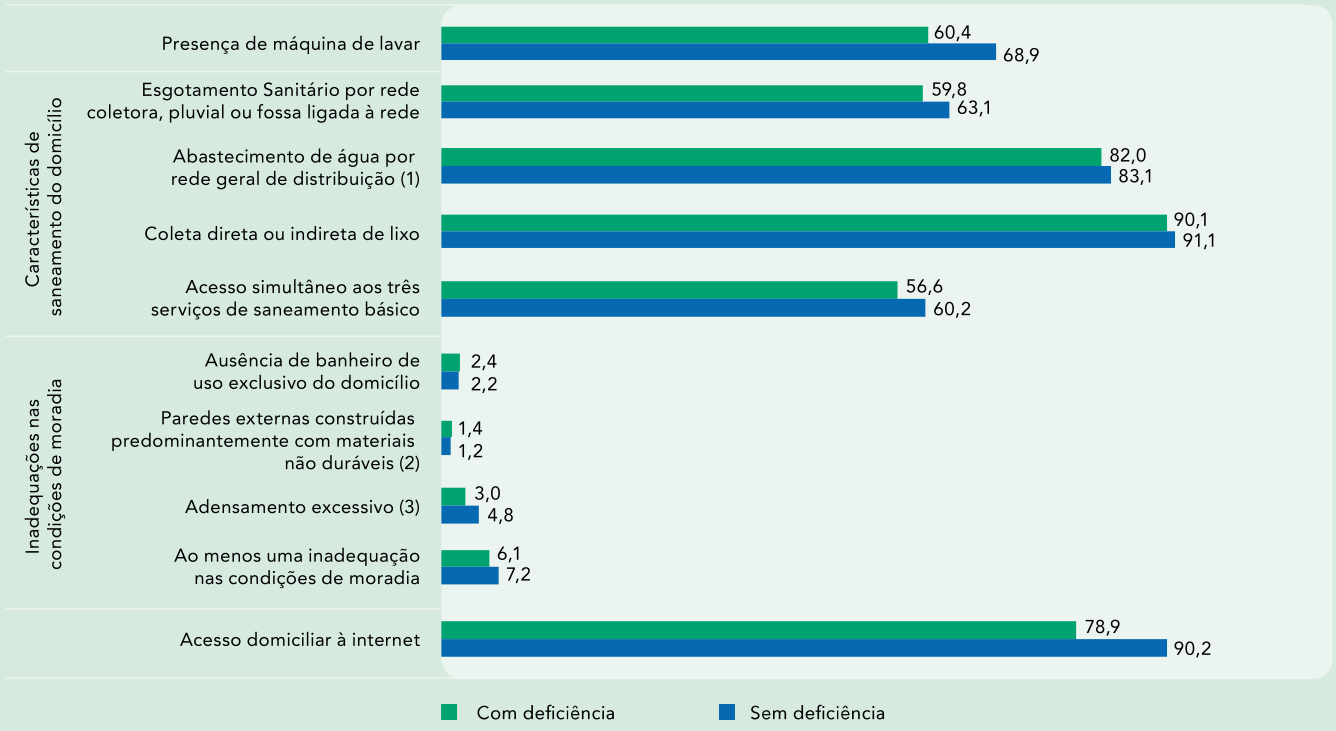
Quanto a cor ou raça, dentre as pessoas de 2 anos ou mais de idade, há maior proporção de pessoas com deficiência moradoras de favela de cor ou raça branca (5,5%), preta (12,8%), parda (10,5%), indígena (7,6%) e amarela (3,3%) em comparação com pessoas sem deficiência: cor ou raça branca (4,8%), preta (12,8%), parda (10,0%), indígena (4,3%) e amarela (1,7%). Destaca-se que, das cerca de 78 mil pessoas com deficiência de cor ou raça indígena identificadas, cerca de 6 mil delas moravam em favelas e comunidades urbanas.

Presença de bens duráveis no domicílio, características do domicílio relacionadas ao saneamento e acesso à tecnologia são uma maneira de abordar qualidade da moradia e são indicadores de bem-estar. No caso da máquina de lavar, ela tem um papel relevante na alocação de tempo, sobretudo das mulheres. Entre as pessoas com deficiência, 60,4% moravam em domicílios com esse bem durável em 2022, contra 68,9% das pessoas sem deficiência.

Quanto às inadequações investigadas e acesso domiciliar à Internet, pessoas com deficiência mostraram piores condições em todas, com exceção do adensamento excessivo, o que pode ser explicado pelo perfil etário das pessoas com deficiência e elas es-

tarem mais comumente vivendo em domicílios unipessoais. Acesso simultâneo a esgotamento sanitário por rede coletora, pluvial ou fossa ligada à rede; abastecimento de água por rede geral de distribuição; e coleta direta ou indireta de lixo concerniram 56,6% das pessoas com deficiência e 60,2% das pessoas sem deficiência em 2022. A diferença foi mais marcada quanto ao acesso domiciliar à Internet, pois 78,9% das pessoas com deficiência viviam em domicílios com acesso, ante a 90,2% das pessoas sem deficiência. Considerando a crescente digitalização do acesso à educação, ao trabalho, aos serviços públicos (e-GOV) etc., essa diferença pode representar uma barreira adicional à inclusão das pessoas com deficiência.

Proporção de moradores, com e sem deficiência, segundo algumas características de qualidade da moradia e bem-estar (%)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

(1) Exclusive moradores de domicílios com acesso à rede geral, mas onde a principal forma de abastecimento de água não era a rede geral.

(2) Considera-se como de material durável as paredes de alvenaria (com ou sem revestimento), de taipa revestida, e de madeira apropriada para construção. Considera-se como de material não durável as paredes de taipa não-revestida, de madeira aproveitada e de outros materiais.

(3) Considera-se que há adensamento excessivo no domicílio em que há mais de 3 moradores por dormitório.

Participação e gestão

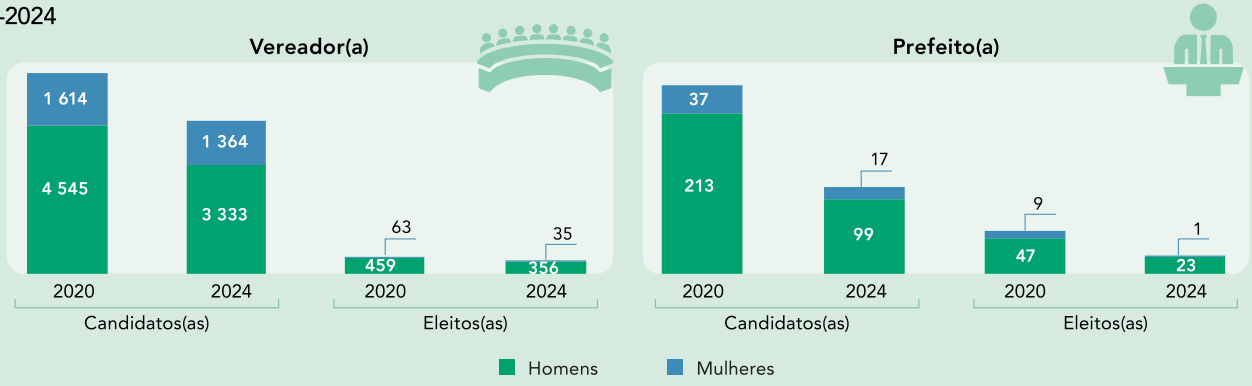
A participação política das pessoas com deficiência pode ser medida de diferentes formas, conforme a disponibilidade de dados desagregados por características das pessoas. Votar e ser votado são dimensões importantes a serem levadas em conta. A isso se soma a existência de estruturas administrativas e políticas relacionadas ao tema e de instâncias de participação que possam defender a pauta de políticas favoráveis às pessoas com deficiência. Exploram-se aqui também informações relacionadas a cargos de gestão ocupados por pessoas com deficiência, além da presença entre pessoal ativo e comissionado no Serviço Público Federal.

Com dados disponibilizados pelo TSE, foi possível avaliar as duas últimas eleições municipais (vereador(a) e prefeito(a) em 2020 e em 2024), assim como as eleições para deputado(a) estadual e federal de 2022. Quanto às eleições municipais, nota-se que houve uma diminuição no número de candidaturas e pessoas com deficiência eleitas para os dois cargos estudados. O número de vereadores(as) eleitos(as) diminuiu de 522 em 2020 para 391 em 2024 (-25,1%), prefeitos(as) com deficiência caíram mais fortemente, de 56 para 24 (-57,1%). A desigualdade por sexo quanto a pessoas com deficiência na política segue o conjunto de eleitos: vereadoras com deficiência eleitas eram 12,1% em 2020 e 9,0% em 2024. Quanto a prefeitas com deficiência, foram 16,1% dos(as) eleitos(as) com deficiência em 2020, e 4,2% em 2024 (apenas uma mulher eleita).

Em relação às Assembleias Legislativas e à Câmara de Deputados, o número de eleitos e eleitas em 2022 foi muito pequeno: dois deputados estaduais, uma deputada estadual, um deputado federal e uma deputada federal.

Número de candidatos(as) e eleitos(as) em eleições gerais municipais, com deficiência, por sexo, segundo o cargo concorrido

2020-2024



Fonte: Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. *Estatísticas eleitorais*. Brasília, DF, [2026]. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/. Acesso em: ago. 2026.

Nota: Os resultados apresentados se referem apenas aos candidatos em eleições ordinárias. Não estão incluídos na tabulação candidatos cujas informações constam como "Não divulgável" no *site* do TSE.

Com dados da MUNIC 2023 e 2024 e do Censo Demográfico 2022, foi possível estimar quantas das pessoas com deficiência viviam em Municípios, o ente governamental mais próximo dos cidadãos, cujos órgãos gestores declararam existir legislação, políticas, ações, instâncias de participação e pessoal capacitado para atender as pessoas com deficiência[13].

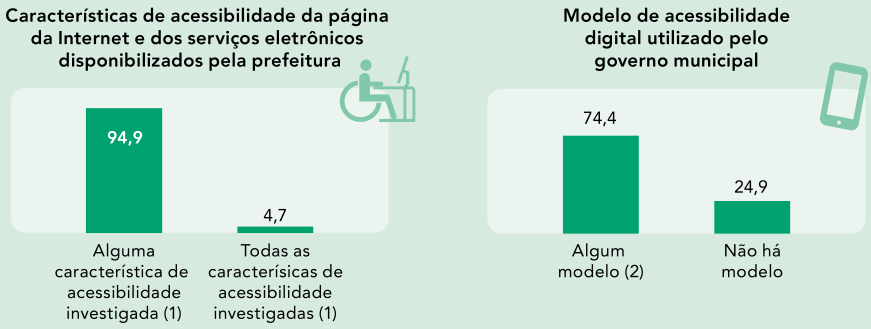
Quanto à existência de arcabouço legislativo, investigou-se em 2023 se havia nos Municípios legislação específica para a adaptação de espaços públicos para facilitar a acessibilidade a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, o que concernia 490 Municípios e onde viviam 34,5% das pessoas com deficiência. Já a existência de legislação municipal específica para garantir passe livre municipal a pessoa com deficiência no transporte coletivo concernia 480 Municípios, onde residiam 46,1% das pessoas com deficiência.

Quanto a políticas, estimou-se que, em 2023, 18,9% das pessoas com deficiência viviam em Municípios com Fundo Municipal para os Direitos da Pessoa com Deficiência, um dos instrumentos importantes para a gestão; 83,8% delas viviam em Municípios cuja gestão desenvolvia política ou programa de promoção de Direitos da Pessoa com Deficiência; e 36,5% vivam em Municípios cuja sede do governo municipal tinha pessoal capacitado para atender pessoas com deficiência

Há esforços sistemáticos, nos diversos níveis de governo no Brasil, para aumentar a acessibilidade a serviços governamentais pela Internet (e-GOV). A MUNIC 2024 investigou características da página de Internet das prefeituras e se havia modelos de acessibilidade usados. A diversidade de implementação de funcionalidades para acessibilidade é variada e a cobertura populacional também. Estimou-se que 94,9% das pessoas com deficiência viviam em Municípios cuja página tinha alguma característica de acessibilidade, mas apenas 4,7% viviam em Municípios com todas as características investigadas. A utilização de modelos de acessibilidade também é passo importante para garantia de acesso, mas, em 2024, ainda havia 1 865 Municípios sem utilização de modelo, onde residiam 24,9% das pessoas com deficiência.

Proporção de pessoas com deficiência residentes em municípios, segundo a disponibilidade de acessibilidade digital pelos governos municipais (%)

2024



Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2024 e Censo Demográfico 2022.

(1) A página na Internet e os serviços eletrônicos disponibilizados pela prefeitura incluem tecnologias que: permitem navegação por todos os itens interativos da página sem necessidade do *mouse*; permitem ao usuário de tecnologia assistiva saltar itens repetidos na página; descrevem o conteúdo das imagens; incluem tradução de conteúdo em linguagem brasileira de sinais (LIBRAS); descrevem o conteúdo das páginas com texto que aparece na aba do navegador; não usam o Teste de Turing público completamente automatizado para distinguir entre computadores e pessoas (Completely Automated Public Turing test to tell Computers and Humans Apart - CAPTCHA) para solicitações.

(2) Inclui: modelo próprio; modelo estadual; modelo federal (e-MAG); modelo global (WCAG/WAI).

[13] Para fins analíticos, a distribuição da população por Município segundo deficiência foi projetada idêntica no período de 2022 a 2024. O período de coleta do Censo Demográfico foi de 2022 a 2023. A MUNIC coletou o bloco de Direitos humanos mais recente em 2023; coletou o bloco de Informática e comunicação mais recente em 2024.

Com dados da MUNIC também foi possível investigar políticas e características do e-GOV relevantes para pessoas com diferentes tipos de deficiência. Em 2023, havia 564 Municípios cuja sede do governo municipal tinha pessoal capacitado para atendimento em LIBRAS. Em 2024, havia 1 772 Municípios cuja página da internet e serviços eletrônicos disponibilizados pela prefeitura incluíam tradução de conteúdo em LIBRAS. Ambas as políticas tiveram incremento ante 2019, quando estavam em respectivamente 449 e 385 Municípios. Apenas 250 Municípios tinham página na Internet com todas as características para acessibilidade amigável a pessoas com deficiência visual. Nos Municípios com todos os critérios de acessibilidade investigados, viviam 4,7% dessas pessoas em 2024.

A existência de instâncias de participação tende a estar relacionada à efetivação de direitos. Foi possível estimar a proporção das pessoas com deficiência que viviam nos 1 267 Municípios com Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência ativo e com ao menos uma reunião nos 12 meses anteriores à pesquisa[14]. Cerca de ⅔ (63,9%) das pessoas com deficiência moravam nesses Municípios em 2023, com forte variação no território, indo de 22,3% delas em Rondônia e 29,4% em Tocantins; até 100,0% no Distrito Federal e 90,9% no Rio de Janeiro.

A investigação sobre representatividade também perpassa os cargos gerenciais, em que há historicamente concentração de homens brancos. Nos cerca de 2,3 milhões de cargos gerenciais identificados a partir do Censo Demográfico 2022, havia cerca de 59,1 mil pessoas com deficiência. Elas ocupavam 2,5% desses cargos. Tal inserção é ainda mais restrita do que a encontrada no total de ocupados, em que as pessoas com deficiência eram 4,5%.

A maioria das pessoas com deficiência nos cargos gerenciais era do sexo masculino, 55,7%, resultado um pouco menos concentrado do que para o total de cargos gerenciais, com 58,7% de homens. Após vencer as barreiras para se inserirem nos cargos gerenciais, as pessoas com deficiência permaneceram concentradas entre os cargos com menores remunerações, pois eram 33,6% dos ocupados entre os que tinham os 25% menores rendimentos, contra 24,8% para pessoas sem deficiência. As mulheres com deficiência representaram maior concentração na menor faixa de remuneração, com 38,7%, contra 31,5% das mulheres sem deficiência. Nos cargos gerencias ocupados por pessoas até 59 anos de idade, as pessoas com deficiência representavam 2,3% do total, concentradas nas pessoas com dificuldade de enxergar, pois eram 35,2 mil dos cerca de 48,9 mil ocupados com deficiência nessa faixa etária.

Distribuição de pessoas, com e sem deficiência, em cargos gerenciais, por classes de rendimento habitual de todos os trabalhos, segundo o sexo (%)

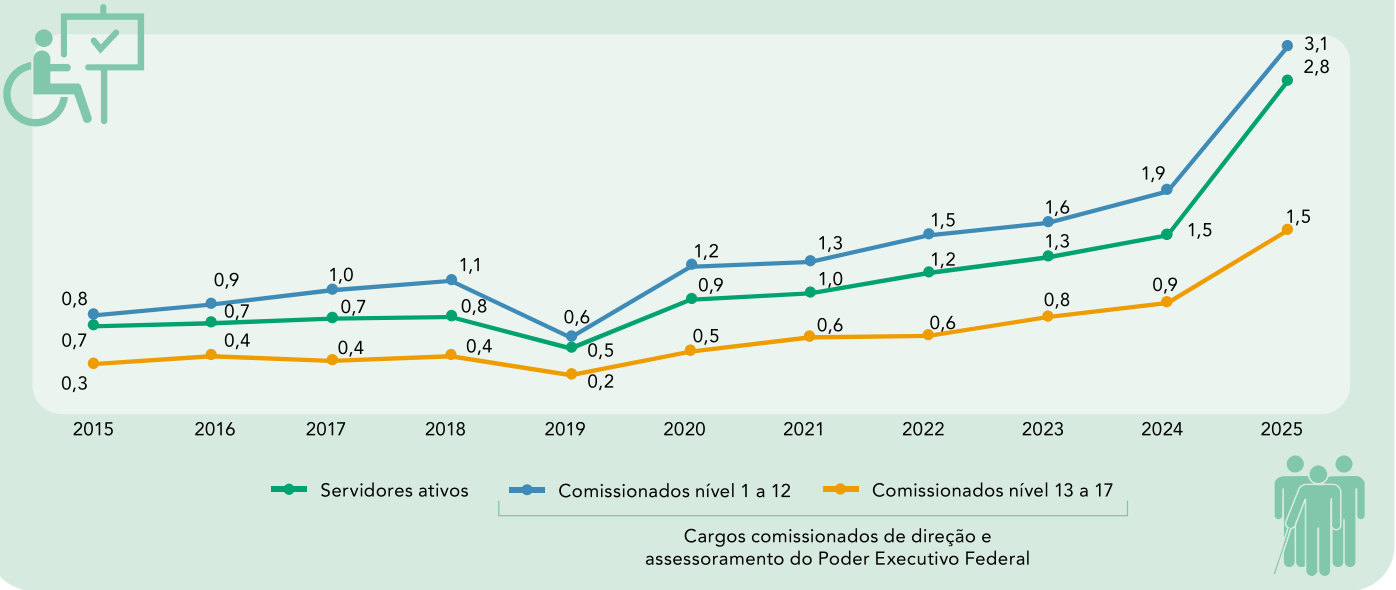


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Também foi possível abordar a inserção de pessoa com deficiência entre servidores públicos ativos e entre aqueles inseridos em cargos comissionados de direção e assessoramento do Poder Executivo Federal. Dados disponíveis no Painel Estatístico de Pessoal do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos permitem observar uma inserção crescente de pessoas com deficiência entre 2015 e 2025, mas ainda bem abaixo dos quantitativos populacionais, resguardadas as diferenças metodológicas. Pessoas com deficiência eram 2,8% dos servidores ativos em dezembro de 2025 (16 452 pessoas), enquanto compunham 3,1% das pessoas em cargos comissionados de nível 1 a 12 (2 069 pessoas) e tinham uma proporção inferior em cargos de maior prestígio e remuneração, com 1,5% nos cargos comissionados de nível 13 a 17 (170 pessoas). O crescimento expressivo das proporções no último ano da série se explica por um aumento nos servidores e comissionados identificados com transtorno do aspecto autista; no total de servidores ativos, passaram de 280 pessoas em 2024 para 2 683 em 2025.

[14] Eram 979 Municípios em 2019.

Proporção de pessoas com deficiência no total de servidores públicos ativos e entre aqueles inseridos em cargos comissionados de direção e assessoramento do Poder Executivo Federal (%)



Fonte: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Painel Estatístico de Pessoal.

Nota: Contabilização com base no Sistema Integrado de Administração de Pessoal - SIAPE. Informações correspondem ao mês de dezembro de cada ano. Servidores ativos: servidores efetivos (estatutários), empregados públicos (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), ocupantes de cargos em comissão e funções de confiança (com ou sem vínculo com a Administração Pública), temporários, médicos do Programa Mais Médicos, médicos residentes e estagiários. Comissionados: ocupantes de cargos em comissão ou funções de confiança.

Núcleo familiar, nupcialidade e fecundidade

No desenvolvimento do modelo social, uma segunda geração, principalmente de autoras, acrescentou a necessidade de se pensar a inclusão das pessoas com deficiência considerando espaços mais íntimos e afetivos, como família e maternidade[15]. Sob influência do modelo social[16], a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei Brasileira de Inclusão contemplam como direitos das pessoas com deficiência o casamento, o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos, a constituição de família e a convivência familiar. Neste tópico, com dados do Censo Demográfico 2022, serão abordados a nupcialidade e o núcleo familiar das pessoas com deficiência, bem como a fecundidade das mulheres com deficiência.

Crianças e adolescentes com deficiência estão menos inseridos em famílias com presença simultânea de figura materna e paterna no domicílio do que os sem deficiência. Em 2022, enquanto 68,1% das pessoas sem deficiência de 2 a 17 anos de idade residiam com mãe/madrasta e pai/padrasto, 58,4% das pessoas com deficiência desse grupo etário residiam com núcleo familiar com essa composição.

Em contrapartida, a residência somente com a mãe/madrasta, era mais frequente entre crianças e adolescentes com deficiência (30,1%) do que sem deficiência (21,5%). Sentimentos de rejeição às pessoas com deficiência, que já foram objeto de teorização sociológica[17] e identificados empiricamente[18], e a maior carga de cuidados podem contribuir, em parte, para esse cenário.

A residência com núcleo familiar sem a presença de pai/padrasto por crianças e adolescentes com deficiência era ainda mais frequente entre aqueles em domicílios situados abaixo da linha de pobreza (35,1%). Esse resultado é particularmente relevante, pois, conforme constatado anteriormente neste informativo, mulheres que residem com crianças com deficiência têm menor nível de ocupação e menor proporção de contribuintes para a previdência social, o que pode agravar o contexto de vulnerabilidade econômica e social nesses domicílios.

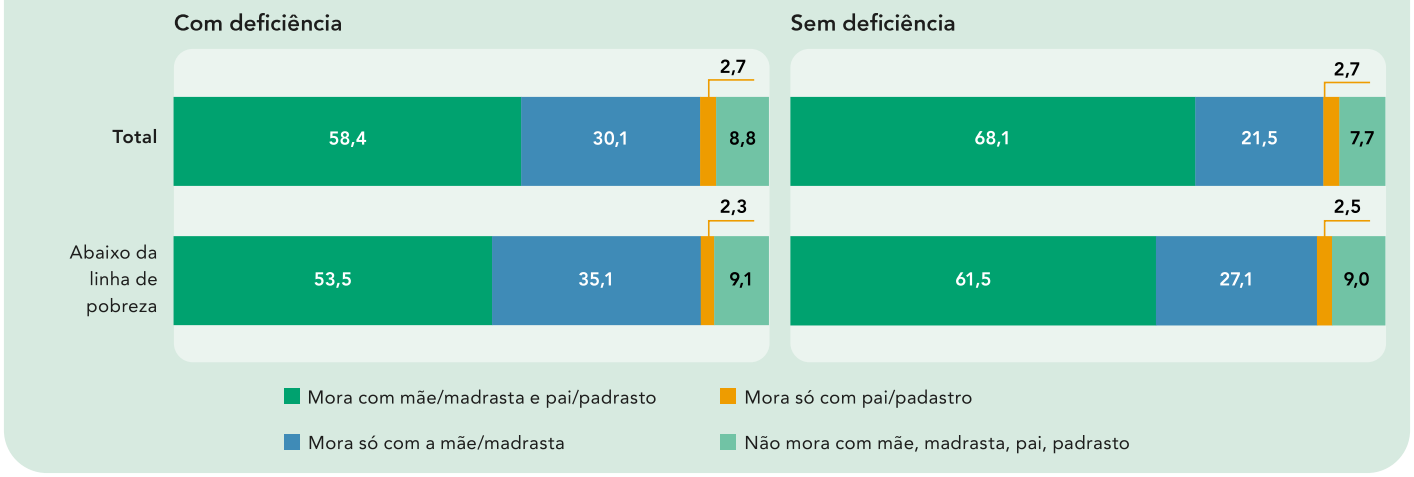
[15] MORRIS, J. *Feminism, gender and disability*. Texto apresentado em um seminário em Sidney, na Australia, em fevereiro de 1998. 17 p. Disponível em: https://disability-studies.leeds.ac.uk/wp-content/uploads/sites/40/library/morris-gender-and-disability.pdf. Acesso em: ago. 2026.

[16] DEGENER, T. A human rights model of disability. In: BLANCK, P.; FLYNN, E. (org.). *Routledge handbook of disability law and human rights*. London: Routledge, 2016. p. 31-49.

[17] GOFFMAN, E. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Marcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 158 p.

[18] WESTBROOK, M. T.; LEGGE, V.; PENNAY, M. Attitudes towards disabilities in a multicultural society. *Social Science & Medicine*, Oxford: Elsevier, v. 36, n. 5, p. 615-623, mar. 1993. Disponível em: https://doi.org/10.1016/0277-9536(93)90058-C. Acesso em: ago. 2026.

Distribuição de pessoas de 2 a 17 anos de idade, com e sem deficiência, total e residentes em domicílios abaixo da linha de pobreza, por tipo de núcleo familiar (%)

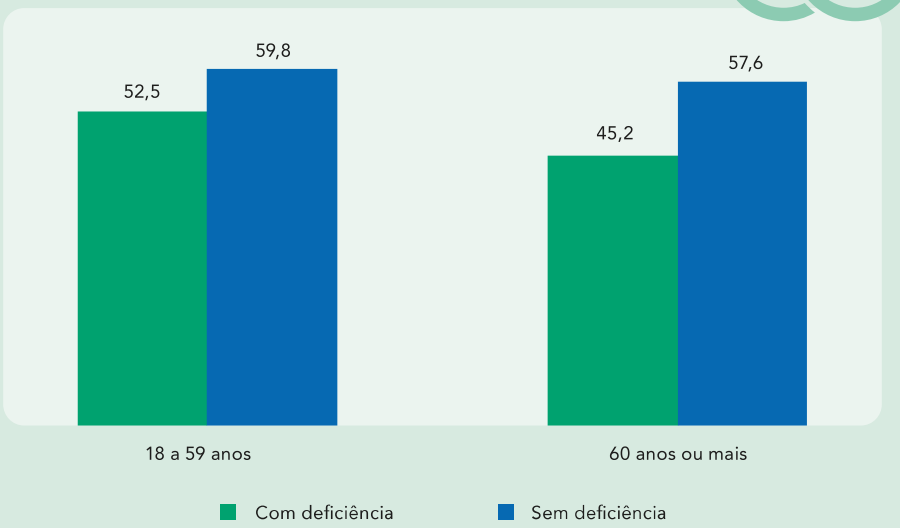


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Nota: Rendimento domiciliar *per capita* abaixo de US$ 8,30 PPC 2021. Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado, R$ 2,44983620 para US$ 1,00 PPC 2021, valores diários tornados mensais e inflacionados pelo IPCA.

Na vida adulta, as pessoas com deficiência também viviam menos em união, segundo os dados do Censo Demográfico 2022, o que pode estar associado também a sentimentos de rejeição às pessoas com deficiência. Além disso, há evidências de que estar privado de ocupação, como estão a maioria das pessoas com deficiência, pode afetar a inclusão em outras dimensões da vida social[19]. Em 2022, na população adulta de 18 a 59 anos de idade, 52,5% das pessoas com deficiência viviam em união; na população idosa de 60 anos ou mais, eram 45,2%. Já na população sem deficiência, nos respectivos grupos etários, 59,8% e 57,6% viviam em união.

Pessoas de 18 anos ou mais de idade, com e sem deficiência, que viviam em união, segundo os grupos de idade (%)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

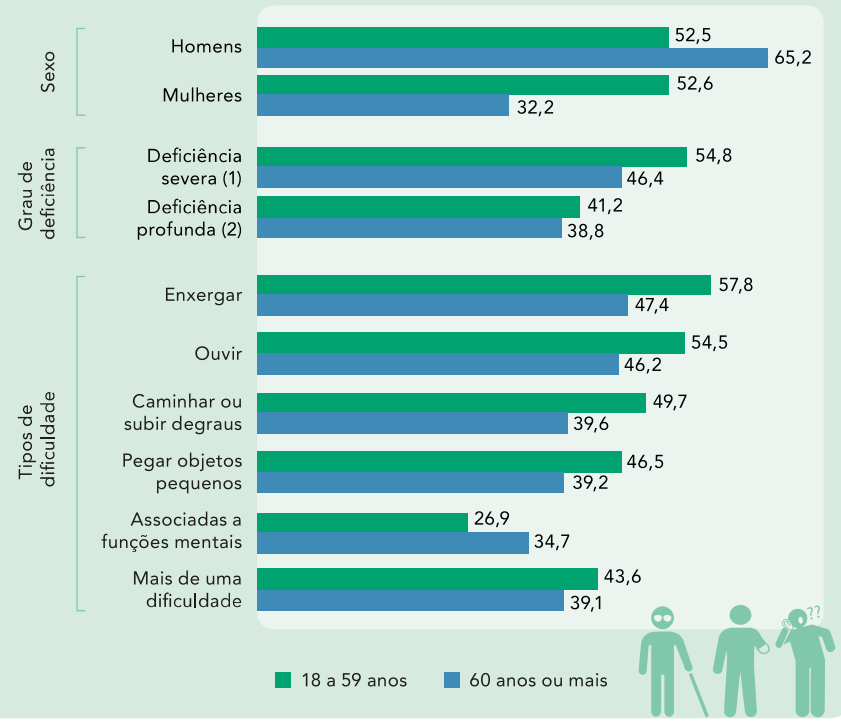
[19] SILVA, F. C. M. *et al.* Influence of context in social participation of people with disabilities in Brazil. *Revista Panamericana de Salud Pública*, Washington, DC: Organización Panamericana de la Salud - OPS, v. 34, n. 4, p. 250-256, 2013. Disponível em: https://www.scielosp.org/pdf/rpsp/v34n4/06.pdf. Acesso em: ago. 2026.

Entre as pessoas com deficiência, aquelas com dificuldades associadas a limitações nas funções mentais eram as que apresentavam menor proporção vivendo em união, tanto entre os adultos (26,9%) quanto entre os idosos (34,7%). A transição da fase adulta para a fase idosa traz mudanças expressivas na comparação por sexo. Enquanto entre os homens com deficiência, o percentual que vivia em união aumentava de 52,5% na fase adulta para 65,2% entre os idosos, entre as mulheres com deficiência observa-se o movimento oposto com redução de 52,6% para 32,2%.

As barreiras que se colocam para a vivência em união podem também estar relacionadas às oportunidades de maternidade entre as mulheres com deficiência. Apesar da equivalência na taxa de fecundidade total das mulheres com e sem deficiência segundo o Censo Demográfico 2022 (cerca de 1,5 filho nascido vivo entre as mulheres de 15 a 49 anos dos dois grupos), constatou-se diferenças etárias na experiência da maternidade. Havia menor percentual de mães – mulheres que declararam ter tido filhos nascidos vivos em algum momento da vida – entre as mulheres com deficiência de 20 a 49 anos de idade do que entre as sem deficiência. Porém, no grupo de 50 anos ou mais de idade era maior o percentual de mães entre as mulheres com deficiência. Esse resultado sugere que a prevalência da maternidade das mulheres com deficiência possa ser aumentada por abarcar mulheres que se tornam pessoas com deficiência em decorrência do envelhecimento, após já terem tido filhos.

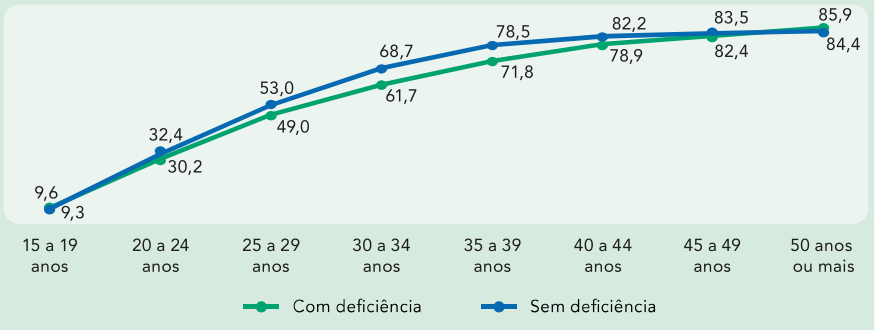
Além disso, cumpre destacar que, na faixa etária de 15 a 19 anos, os percentuais de mulheres com e sem deficiência que já eram mães foram semelhantes, indicando que as abordagens voltadas à gravidez na adolescência também devem considerar as especificidades relacionadas à deficiência. ■

Pessoas de 18 anos ou mais de idade, com deficiência, que viviam em união, por grupos de idade, segundo o sexo, o grau de deficiência e o tipo de dificuldade (%)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.
(1) Muita dificuldade em alguma função. (2) Não consegue de modo algum realizar alguma função.

Mulheres de 15 anos ou mais de idade, com e sem deficiência, que declararam ter tido filhos nascidos vivos, segundo os grupos de idade (%)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Expediente

Elaboração do texto
Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais

Normalização textual
Centro de Documentação e Disseminação de Informações, Gerência de Sistematização de Conteúdos Informacionais

Projeto gráfico
Centro de Documentação e Disseminação de Informações, Gerência de Editoração

Imagens fotográficas
Magnific (Freepik); pixabay

Impressão
Centro de Documentação e Disseminação de Informações, Gráfica Digital

IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Saiba mais sobre a pesquisa.